

**INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA
CÂMPUS JARAGUÁ DO SUL - CENTRO
CURSO TÉCNICO EM
MODELAGEM DO VESTUÁRIO**

**HELENA LOMBARDI BOEING
HELOÁ SPREDEMANN VARGAS
LETICIA KOHLRAUSCH
MARIA EDUARDA PAULA DE ALMEIDA
SARAH JANDREY VOSS
STEPHANY KOPCESKI**

Vozes Silenciadas:
Memória da Ditadura Militar em Jaraguá do Sul

HELENA LOMBARDI BOEING
HELOÁ SPREDEMANN VARGAS
LETICIA KOHLRAUSCH
MARIA EDUARDA PAULA DE ALMEIDA
SARAH JANDREY VOSS
STEPHANY KOPCESKI

Vozes Silenciadas:

Memória da Ditadura Militar em Jaraguá do Sul

Relatório final de pesquisa desenvolvido no Programa Conectando Saberes do Curso Técnico em Modelagem do Vestuário, 3ª fase, do Instituto Federal de Santa Catarina, câmpus Jaraguá do Sul – Centro, como requisito de integração entre as unidades curriculares e como eixo condutor à pesquisa.

Orientadora: Isabel Cristina Hentz.
Coordenador de fase: Selomar Claudio Borges.

Jaraguá do Sul
2026

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer a todos que contribuíram, de forma direta ou indireta, para a realização deste projeto.

Ao coordenador de fase, professor Selomar Claudio Borges, pela organização, apoio e incentivo ao desenvolvimento do trabalho.

À banca avaliadora, pelas leituras atentas e contribuições que auxiliaram na melhoria do resultado final.

À nossa orientadora, professora Isabel Cristina Hentz, pela sua dedicação, paciência e constante acompanhamento ao longo das etapas do projeto. Agradecemos por sua orientação cuidadosa, pelas contribuições fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa e por todo o apoio oferecido à equipe, sempre incentivando nosso aprendizado e aprimoramento acadêmico. Sua participação foi essencial para a realização deste trabalho.

Agradecemos também ao professor Cleyton Murilo Ribas, nosso antigo orientador, que, por motivos de saúde, precisou se afastar, mas que contribuiu significativamente para o início deste trabalho.

Aos historiadores entrevistados, Paulo Pinheiro Machado, Silvia Regina Toassi Kita e Mariana Joffilly, por compartilharem seus conhecimentos e enriquecerem nossa pesquisa. Também agradecemos à entrevistada Alice Belintsky, por seu depoimento e contribuição.

Aos alunos das atuais quintas fases dos cursos de Modelagem e Química, pela participação e colaboração.

E, por fim, ao Projeto de Iniciação Científica Conectando Saberes, por proporcionar essa importante oportunidade de aprendizado e desenvolvimento.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo promover a conscientização dos estudantes sobre os impactos da Ditadura Militar, com foco em Jaraguá do Sul, por meio da coleta e divulgação de análises de historiadores, incentivando a reflexão crítica e a valorização da memória histórica. A pesquisa surgiu a partir da questão norteadora: “Como a narrativa audiovisual sobre a Ditadura Militar pode sensibilizar as gerações em Jaraguá do Sul a refletirem sobre os direitos humanos e a importância da democracia?”. Para isso, foi adotada uma abordagem qualitativa. Inicialmente, foram realizadas entrevistas com historiadores, utilizadas posteriormente na produção de um vídeo sensibilizador composto por imagens, registros e recursos audiovisuais relacionados ao período da Ditadura Militar. Em seguida, o vídeo foi apresentado aos estudantes do IFSC Jaraguá do Sul – Câmpus Centro e aplicaram-se questionários manuscritos para análise das percepções dos participantes. Os resultados demonstraram que os recursos audiovisuais contribuíram para a sensibilização dos estudantes, promovendo reflexões sobre memória histórica, democracia, censura, repressão, liberdade de expressão e direitos humanos. As respostas evidenciaram a compreensão crítica do período ditatorial e a valorização da preservação da memória coletiva como forma de evitar a repetição de violações ocorridas no passado. Também foi possível observar relações estabelecidas pelos estudantes entre acontecimentos históricos e questões contemporâneas, ampliando o debate sobre cidadania e democracia. Dessa forma, conclui-se que o audiovisual apresenta potencial como ferramenta educativa para o ensino da História do país e para a valorização da memória histórica, favorecendo o desenvolvimento do pensamento crítico e a formação cidadã e o fortalecimento da democracia.

Palavras-chave: Ditadura Militar; audiovisual; memória histórica; direitos humanos; Jaraguá do Sul.

ABSTRACT

This study aims to promote students' awareness of the impacts of the Military Dictatorship, focusing on Jaraguá do Sul, through the collection and dissemination of historians' analyses, encouraging critical reflection and the appreciation of historical memory. The research arose from the guiding question: "How can the audiovisual narrative about the Military Dictatorship raise awareness among generations in Jaraguá do Sul to reflect on human rights and the importance of democracy?" For this purpose, a qualitative approach was adopted with students from IFSC Jaraguá do Sul – Centro Campus. Initially, interviews were conducted with historians, which were later used in the production of an awareness-raising video composed of images, records, and audiovisual resources related to the period of the Military Dictatorship. Then, the video was presented to the students, and handwritten questionnaires were applied to analyze the participants' perceptions. The results showed that audiovisual resources contributed to raising students' awareness, promoting reflections on historical memory, democracy, censorship, repression, freedom of expression, and human rights. The responses showed a critical understanding of the dictatorial period and the appreciation of preserving collective memory as a way to avoid the repetition of violations that occurred in the past. It was also possible to observe relationships established by the students between historical events and contemporary issues, broadening the debate on citizenship and democracy. Thus, it is concluded that audiovisual media has potential as an educational tool for teaching the country's History and for valuing historical memory, favoring the development of critical thinking, citizenship education, and the strengthening of democracy.

Keywords: Military Dictatorship; audiovisual; historical memory; human rights; Jaraguá do Sul.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	8
3 METODOLOGIA	14
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	17
4.1 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS	17
4.1.1 SENSIBILIZAÇÃO DOS ESTUDANTES: IMPACTO EMOCIONAL E HUMANO	17
4.1.2 REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE A SOCIEDADE NO PASSADO E NO PRESENTE	18
4.1.3 DIREITOS HUMANOS E VIOLAÇÕES	19
4.1.4 VALORIZAÇÃO DA DEMOCRACIA	19
4.1.5 MEMÓRIA HISTÓRICA COMO FORMA DE PREVENÇÃO A REPETIÇÃO	20
4.1.6 PAPEL DO AUDIOVISUAL NA APRENDIZAGEM	21
4.1.7 QUESTÃO LOCAL (JARAGUÁ DO SUL - SANTA CATARINA)	22
4.1.8 LIMITES E VARIAÇÕES NAS RESPOSTAS	22
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
REFERÊNCIAS	26
APÊNDICE A – Vídeo Sensibilizador	28
APÊNDICE B – Referências de pesquisa para o vídeo sensibilizador.	29
APÊNDICE C – Questionário reflexivo	30

1 INTRODUÇÃO

A Ditadura Militar foi um dos períodos mais marcantes e controversos da história do Brasil, caracterizado pela censura, repressão política, perseguição a opositores e redução dos direitos civis e políticos. Este estudo delimita-se à análise da memória da Ditadura Militar no contexto escolar, buscando compreender e sensibilizar sobre esse período tão importante da história brasileira. Parte-se da ideia de que a preservação da memória histórica é essencial para a construção de uma sociedade democrática e crítica, capaz de reconhecer os erros do passado e valorizar os direitos humanos no presente e no futuro.

O problema de pesquisa que orienta este trabalho é: como a narrativa audiovisual sobre a Ditadura Militar pode sensibilizar as novas gerações em Jaraguá do Sul a refletirem sobre os direitos humanos e a importância da democracia? Essa questão surge a partir da observação de que o audiovisual, especialmente o cinema e os documentários históricos, possuem grande potencial de sensibilização e formação crítica. No caso da Ditadura Militar, essas produções podem funcionar como importantes ferramentas, aproximando os jovens de temas políticos e sociais que muitas vezes parecem distantes de sua realidade.

O objetivo geral desta pesquisa é promover a conscientização dos estudantes sobre os impactos da Ditadura Militar, com foco em Jaraguá do Sul, por meio da coleta e divulgação de análises de historiadores e documentação, incentivando a reflexão crítica e a valorização da memória histórica. A proposta busca integrar os campos da história e da comunicação, utilizando recursos audiovisuais como forma de tornar o aprendizado mais significativo.

Entre os objetivos específicos, destacam-se: conhecer os impactos da Ditadura Militar sob o ponto de vista de historiadores, com foco em Jaraguá do Sul; aprofundar a análise sobre o período da Ditadura Militar a partir da perspectiva dos direitos humanos; sensibilizar os estudantes do IFSC Jaraguá do Sul – Câmpus Centro em relação à Ditadura Militar, através do uso do audiovisual; A justificativa

desta pesquisa baseia-se no fato de que a Ditadura Militar ainda é um tema cercado por controvérsias no Brasil. Apesar de sua relevância histórica, muitos jovens possuem pouco conhecimento sobre o período e ainda existem tentativas de minimizar suas consequências. Dessa forma, torna-se necessário incentivar o debate e a reflexão, utilizando linguagens acessíveis e atrativas, como o audiovisual, para despertar o interesse e a empatia dos estudantes.

Nesse contexto, o filme *Ainda Estou Aqui*, dirigido por Walter Salles e lançado em 2024, destaca-se como uma obra de grande importância cultural e social. O filme retrata a história real do desaparecimento do ex-deputado Rubens Paiva durante a Ditadura Militar, bem como a luta de sua esposa, Eunice Paiva, por justiça e memória. A narrativa apresenta uma perspectiva humana do período, evidenciando a dor, a resistência e a busca por verdade diante da violência do Estado. O impacto da obra foi significativo, alcançando milhões de espectadores e contribuindo para reacender o debate sobre a importância da memória histórica no Brasil. Além disso, o reconhecimento internacional do filme e a atuação de destaque de Fernanda Torres ampliaram sua visibilidade e reforçaram a relevância do tema abordado.

Mais do que um sucesso cinematográfico, o filme representa um importante instrumento de resgate da memória coletiva e de valorização dos direitos humanos. Ao dar visibilidade às vítimas da repressão, contribui para o fortalecimento da democracia e para o reconhecimento das injustiças cometidas durante o regime militar. Nesse sentido, o cinema atua como uma ferramenta educativa e social.

A partir disso, entende-se que o audiovisual possui papel fundamental na preservação da memória histórica. Produções como filmes e documentários tornam os acontecimentos do passado mais próximos e compreensíveis, especialmente para o público jovem, estimulando o pensamento crítico. Em Jaraguá do Sul, essa abordagem é ainda mais relevante, pois, embora a cidade não tenha sido um dos principais centros de repressão, também sofreu impactos indiretos do regime, refletidos nas instituições e na vida cotidiana. Resgatar essas memórias locais contribui para uma compreensão mais ampla da história.

Por fim, esta pesquisa não se limita à análise do passado, mas busca também estimular reflexões sobre o presente e o futuro da democracia. Em um contexto em que discursos autoritários ainda aparecem na sociedade, é fundamental que as

novas gerações compreendam a importância da liberdade, do respeito aos direitos humanos e da diversidade de opiniões. A memória da Ditadura Militar deve ser preservada, pois lembrar é um ato essencial para evitar a repetição dos erros históricos.

Em Jaraguá do Sul, como citado em uma das entrevistas realizadas pelo grupo, especificamente com a historiadora Silvia, esse tipo de abordagem pode ser especialmente relevante, pois a cidade, como muitas outras no Brasil, vivenciou de forma indireta os efeitos do regime, com impactos nas instituições, na imprensa e na vida cotidiana. Recuperar e compreender essas histórias locais é fundamental para construir uma memória coletiva mais ampla e inclusiva.

Segundo a afirmação de Padrós (2004), o regime militar utilizava o medo, a tortura e a violência para silenciar qualquer pessoa contrária ao governo ou que ameaçasse o poder.

Dessa forma, o trabalho une história, arte e educação, mostrando como o audiovisual pode sensibilizar e contribuir para formar cidadãos comprometidos com a defesa da democracia. A reflexão sobre a Ditadura Militar em Jaraguá do Sul e a forma como ela é lembrada, ou esquecida, convida à reflexão sobre o papel de cada indivíduo na preservação da memória e na construção de um país mais justo, livre e democrático.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No Brasil, o regime ditatorial-militar, que aconteceu entre 1964 a 1989¹, teve uma duração de 25 anos. Neste período, houve o mandato de seis governos, incluindo um governo civil (Codato, 2005).

A partir de estudos da Arquidiocese de São Paulo no ano de 1988 (Crestani, 2011), referente à “origem do regime militar”, é possível perceber que o poder dos militares no Brasil começou a se formar bem antes do golpe de 1964. Desde a criação da Guarda Nacional, em 1831, já existia uma força voltada para a repressão de opositores internos, atuando como um auxiliar do exército e ligada aos interesses dos grandes proprietários de terra. Enquanto isso, a função oficial do exército era

¹ Alguns autores consideram que a Ditadura Militar brasileira ocorreu até 1985

proteger o país contra ameaças externas. Com o passar do tempo, principalmente com a ascensão da burguesia e o impacto da Guerra do Paraguai (1864–1870), a Guarda Nacional foi perdendo força, o que acabou dando mais espaço para o exército assumir um papel de maior destaque. O exército começou a se envolver de forma direta em questões políticas (Crestani, 2011).

Outro fator decisivo no contexto histórico da Ditadura Militar foi a Guerra Fria, que não constituiu apenas uma disputa política, militar, econômica e ideológica entre os Estados Unidos (EUA) e a União Soviética (URSS). Ela acabou gerando vários conflitos, golpes de estado e até guerras em várias partes do mundo. Como foi um conflito que envolveu o mundo todo e durou mais de quarenta anos, milhões de pessoas acabaram sendo afetadas, direta ou indiretamente. Só na América do Sul, cerca de quinhentas mil pessoas morreram ou desapareceram nesse período. O poder econômico dos Estados Unidos anulava a possibilidade de neutralidade da América Latina. A maioria dessas vítimas foi sequestrada, torturada e/ou morta pelos governos militares que tomaram o poder em vários países da região, sempre com o apoio dos Estados Unidos. Esses regimes usavam o medo do comunismo, que tinha crescido em Cuba em 1959, como desculpa para justificar a violência, dizendo que era para proteger a segurança nacional. Foi nesse contexto que surgiu a Operação Condor, uma aliança entre ditaduras sul-americanas para perseguir e eliminar os inimigos desses regimes (Gesteira, 2014).

De acordo com Gesteira (p.18):

Nenhuma outra guerra, nem mesmo as duas Grandes Guerras Mundiais foram verdadeiramente tão mundiais quanto a Guerra Fria, poucas duraram tanto e muito provavelmente nenhuma outra provocou tantas vítimas, sem que jamais tenham havido agressões militares diretas entre as partes originalmente beligerantes, EUA e URSS. O continente Americano, assim como a Ásia, a África e até mesmo a Europa, berço da civilização ocidental, sofreram as consequências desse “embate” de gigantes.

Nesse contexto conflituoso, a Ditadura Militar brasileira teve uma consolidação e o direito foi utilizado como instrumento de dominação. Através de Atos Institucionais, principalmente o AI-5, os militares ampliaram poderes e retiraram direitos civis básicos, como a liberdade de expressão e o habeas corpus. A censura foi intensificada, mas artistas e intelectuais resistiram, mesmo sob repressão. A

redemocratização foi liderada pelos próprios militares, gerando o que muitos estudiosos chamam de “democracia outorgada”. O regime usou o discurso da legalidade para justificar ações repressivas, transformando exceções em regras e ajustando leis a seu favor. Assim afirma Silva (2011 apud Richter; Farias, 2019, p. 387):

O regime dos atos institucionais constituía legalidade excepcional, ‘formada sem necessidade’, porque voltada apenas para coibir adversários políticos e ideológicos e sustentar os detentores do poder e os interesses das classes dominantes, aliados às oligarquias nacionais [...] Tudo se poderia fazer: fechar as Casas Legislativas, cassar mandatos eletivos, demitir funcionários, suspender direitos políticos, aposentar e punir magistrados e militares e outros. Mas o que ainda era pior é que não havia nada mais que impedisse a expedição de outros atos institucionais com qualquer conteúdo. O regime foi um estado de exceção permanente: pura Ditadura.

Esse modelo de legalidade autoritária deixou marcas que permanecem na estrutura institucional brasileira. O artigo alerta para a necessidade de refletir sobre esse legado, especialmente diante de novos contextos conservadores que reacendem debates sobre o apoio social a projetos autoritários e a forma como a democracia foi construída e ainda é limitada no Brasil (Richter; Farias, 2019).

Nos últimos anos, o Brasil passou por um fortalecimento de movimentos conservadores que acabaram reacendendo discussões importantes sobre o período da ditadura militar. Questões antes pouco debatidas, como a participação ativa de civis, religiosos e empresários na sustentação do regime, voltam a ser exploradas. “A onda conservadora vivida pelo Brasil tem o potencial de reposicionar importantes debates que vêm sendo travados no campo dos estudos sobre a ditadura militar, em particular no que diz respeito às bases de apoio social a projetos autoritários.” (Joffily, 2024, p. 569). Esse cenário atual mostra como o passado ainda influencia o presente, revelando que entender a ditadura não é apenas olhar para a repressão militar, mas também para as estruturas sociais e políticas que a tornaram possível e que, em alguns aspectos, ainda permanecem (Joffily, 2024).

No processo de redemocratização, a Lei da Anistia foi tratada como um marco de reconciliação, no entanto, essa reconciliação ocorreu de forma desequilibrada, já que os agentes do Estado responsáveis por crimes durante a ditadura militar foram beneficiados pelo perdão, enquanto vítimas e familiares de desaparecidos não tiveram o mesmo benefício. A transição política evitou

enfrentamentos diretos com o passado, priorizando o silêncio e a estabilidade institucional. Essa escolha refletiu uma estratégia mais voltada para o esquecimento do que para a responsabilização. No entanto, essa abordagem vem sendo questionada nas últimas décadas, principalmente por movimentos sociais e familiares de vítimas que defendem o direito à memória, à verdade e à justiça.

Em recente polêmica, concernente especificamente à revisão da Lei da Anistia, expressivas lideranças políticas manifestaram-se em sentido contrário. Para elas, o esquecimento e o silêncio continuariam sendo as melhores receitas. Tocar no assunto, seria mexer em casa de maribondos. Não concordo. Dadas as nossas circunstâncias, penso que a sociedade poderia compreender-se melhor discutindo o passado. Como sabemos, esta é a melhor forma de pensar o presente e preparar o futuro. Afinal, a ditadura durou 21 anos. (REIS, 2010, p. 177)

A dificuldade em revisitar esse passado revela uma fragilidade do povo, visto que os crimes impunes da ditadura comprometem os pilares da justiça e da memória histórica (Reis, 2010).

Durante a ditadura militar, pessoas que possuíam ideais contrários ao regime, como professores, militantes e políticos, foram perseguidas, presas, torturadas e mortas, segundo Fernandes (2021). Essa autora ainda acrescenta que isso aconteceu igualmente em Santa Catarina, no sul do Estado. Um dos eventos determinantes da repressão foi a Operação Barriga Verde, em 1975. Foi efetuada pelo exército (DOI-CODI) prendendo 42 pessoas acusadas de se envolver com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), ilegal nesse período. Marcos Cardoso Filho, professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Escola Técnica Federal de Santa Catarina (ETFSC), era um dos apoiadores do PCB. Foi preso na Operação Barriga Verde, condenado a três anos, e libertado em liberdade condicional em 1978. Entretanto foi demitido da ETFSC, o atual Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) (Fernandes, 2021).

Outro exemplo foi Derlei Catarina de Luca, de Içara, que iniciou a sua militância na UFSC. Acabou sendo presa por engano, confundida com uma das militantes mais procuradas do país. Quando chegou na sede da OBAN (órgão de repressão), foi torturada por nove homens utilizando pau-de-arara, choques, queimaduras de cigarro, e entre outras violências, como tortura psicológica por conta do seu gênero (Fernandes, 2021).

Segundo a afirmação de Padrós, citada por Fernandes (2021) o regime militar utilizava do medo, da tortura e violência para silenciar qualquer pessoa contra, ou que ameaçasse o poder:

[...] liquida com os líderes de qualquer segmento da sociedade, capazes de articular resistência, elaborar alguma alternativa ou manter viva a chama da liberdade. Simultaneamente, cria um sistema de controle sobre todas as manifestações da vida e uma rede de delação secreta, levando a tortura psicológica a toda a sociedade (Padrós, 2004, p. 53, *apud* Fernandes, 2021, p. 15).

Diante deste fato foi criada em 2014 a Comissão Estadual da Verdade de SC, que apoiou a Comissão Nacional da Verdade. O foco era esclarecer lacunas que foram se obtendo ao longo do regime, como os crimes políticos cometidos entre 1946 e 1988, proteger as memórias das vítimas e promover a justiça. Com isso a comissão revelou diversos casos como: a queima de livros da livraria Anita Garibaldi em Florianópolis no ano de 1964; a prisão de 15 estudantes em 1968 durante o congresso da UNE em Ibiúna; no decorrer do mesmo ano, alunos foram sequestrados pela Secretaria de Segurança Pública e levados à cadeia de Biguaçu; a operação Barriga Verde de 1975 resultou na prisão de quase 50 militantes do PCB; 701 pessoas foram presas ilegalmente em SC, entre elas camponeses, sindicalistas, mulheres e advogados; 10 catarinenses foram assassinados e 3 continuam desaparecidos (Fernandes, 2021).

Durante a novembrada em 1979, estudantes da UFSC protestaram contra o presidente Figueiredo e foram detidos; prefeitos de Itajaí, Laguna, Imbituba e São Francisco do Sul foram presos e afastados, e 25 sindicatos sofreram intervenção. Um dos casos confirmados de assassinato foi o do ex-prefeito Higino João Pio de Balneário Camboriú, em 1969. No começo foi registrado como suicídio, porém posteriormente se provou que foi assassinado, provavelmente por forças de segurança (Fernandes, 2021).

Além da repressão política e da violência institucional, a Ditadura Militar também impactou profundamente a produção cultural e audiovisual brasileira. Filmes, músicas, peças teatrais, fotografias e outras manifestações artísticas passaram a ser constantemente censurados pelo regime, já que eram vistos como possíveis instrumentos de denúncia e resistência. Mesmo diante da repressão, muitos artistas e produtores utilizaram a arte e o audiovisual como forma de registrar

a realidade do período e provocar reflexões críticas na sociedade, como exemplo Erasmo Carlos, compositor da música: “É Preciso Dar Um Jeito, Meu Amigo”, utilizada como trilha sonora para o vídeo sensibilizador. Conforme destacado no dossiê Ditadura militar brasileira (1964-1985): reflexões críticas acerca do autoritarismo na literatura e nas representações audiovisuais, “a censura implacável servia como aparato de compressão para limitar qualquer forma de denúncia acerca da cruel ditadura” (Figueiredo; Gomes; Rocha, 2024, p. 6). Ainda assim, filmes, músicas e demais produções culturais conseguiram resistir e denunciar, muitas vezes de forma indireta e simbólica, os abusos cometidos pelo regime.

As representações audiovisuais possuem papel fundamental na preservação da memória histórica da Ditadura Militar, pois permitem que diferentes gerações compreendam os impactos sociais, políticos e humanos daquele período. O audiovisual contribui para transformar documentos, relatos e acontecimentos históricos em narrativas sensíveis ao público, fortalecendo processos de conscientização e reflexão crítica. Nesse sentido, o próprio dossiê afirma que “as músicas, filmes e peças de teatro sofreram todos os revezes do quadro político”, mas também se constituíram como importantes formas de resistência cultural (Figueiredo; Gomes; Rocha, 2024, p. 7).

Dessa forma, trabalhar a Ditadura Militar por meio do audiovisual possibilita não apenas ampliar o acesso à informação histórica, mas também estimular a empatia e a sensibilização diante das violações de direitos humanos ocorridas no período. Além disso, o uso de vídeos, imagens e registros históricos contribui para preservar a memória coletiva e reforçar a importância da democracia e dos direitos fundamentais, evitando o apagamento histórico e o esquecimento das violências cometidas durante o regime militar.

A Ditadura Militar (1964-1985) é um tema muito estudado nacionalmente, mas ainda pouco explorado no município Jaraguá do Sul (SC). Temos pouquíssimos registros, pesquisas e debates públicos sobre os impactos do regime na cidade, o que acaba dificultando o acesso à informação e contribui para o apagamento da memória histórica local. Portanto, ao realizarmos a análise dos dados coletados, notou-se que as informações sobre a Ditadura Militar no município são sucintas, tendo em vista a ausência ou dificuldade de acesso às mesmas. Isso pode estar

relacionado ao perfil conservador da região e à falta de documentos preservados do período. Diante disso, investigar esse tema no âmbito do Conectando Saberes é uma forma de contribuir para o resgate da história local e promover uma reflexão crítica sobre o passado recente.

3 METODOLOGIA

A metodologia adotada neste projeto caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, com foco na interpretação das percepções, opiniões e reflexões dos participantes acerca da Ditadura Militar, com recorte para o contexto de Jaraguá do Sul. Inicialmente, previa-se a utilização de uma abordagem qualiquantitativa; entretanto, ao longo do desenvolvimento da pesquisa, optou-se pela análise qualitativa, considerando a natureza das respostas obtidas e o caráter aberto e reflexivo do instrumento de coleta de dados.

O projeto foi desenvolvido de forma interdisciplinar, envolvendo os cursos de Modelagem do Vestuário e Química do IFSC – Campus Jaraguá do Sul – Centro. Inicialmente, o planejamento previa a participação de turmas de diferentes fases dos dois cursos, incluindo as 1ª, 5ª, 7ª e 8ª fases. No decorrer da execução do projeto, entretanto, optou-se pela retirada das turmas de 1ª, 7ª e 8ª fases, mantendo-se apenas as turmas da 5ª fase. Essa delimitação ocorreu em razão de essas turmas terem estudado conteúdos relacionados à Ditadura Militar ao final da 4ª fase, possibilitando uma aproximação mais recente com o tema.

Com o objetivo de construir um questionário sensibilizador capaz de estimular a reflexão crítica dos estudantes sobre a Ditadura Militar, o projeto foi organizado em diferentes etapas. Inicialmente, foram realizadas entrevistas com pesquisadores da área de História e levantados materiais históricos e audiovisuais relacionados ao período estudado. Esses materiais forneceram subsídios para a elaboração do vídeo sensibilizador, posteriormente apresentado aos estudantes participantes. Após a exibição do vídeo, foi aplicado um questionário reflexivo composto por questões abertas, destinado a registrar as percepções, interpretações e reflexões dos participantes acerca do conteúdo apresentado.

As respostas dos estudantes dos cursos de Modelagem do Vestuário e Química foram analisadas conjuntamente. Essa opção metodológica considerou que o objetivo principal da pesquisa estava relacionado às percepções dos estudantes diante do conteúdo audiovisual e não às diferenças específicas entre os cursos. Dessa forma, buscou-se identificar aspectos recorrentes, diferentes interpretações e possíveis divergências presentes nas respostas dos participantes.

A primeira etapa do projeto consistiu na realização de entrevistas com pesquisadores previamente selecionados. Inicialmente, foram considerados quatro participantes. Alice Belitsky foi incluída no planejamento por acreditar-se que residia em Jaraguá do Sul e por sua idade mais avançada, aspectos que poderiam contribuir para a obtenção de memórias e percepções relacionadas ao período estudado. Posteriormente, verificou-se que ela residia em São Bento do Sul no período em questão. Durante a entrevista, também foram identificadas dificuldades na compreensão do recorte temporal da pesquisa, com referências a diferentes períodos da história brasileira, incluindo a Era Vargas. Em razão dessas limitações em relação aos objetivos definidos para a pesquisa, sua entrevista não foi utilizada na análise final.

Silvia Regina Toassi Kita foi selecionada por sua atuação como historiadora no Arquivo Histórico de Jaraguá do Sul, instituição que mantém contato com documentos e pesquisas relacionadas à história local. Sua participação foi mantida por contribuir para a compreensão do contexto histórico de Jaraguá do Sul.

Paulo Pinheiro Machado foi selecionado por sua atuação como professor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina e no Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, além de sua participação em atividades relacionadas à preservação e à pesquisa da memória histórica do período. Sua experiência acadêmica contribuiu para a fundamentação histórica do material produzido.

Mariana Joffily foi incluída por desenvolver pesquisas relacionadas à Ditadura Militar no Brasil e por ter sido utilizada como referência na fundamentação teórica do projeto. Sua participação também contribuiu para a construção do conteúdo histórico apresentado no vídeo.

Dessa forma, embora inicialmente estivessem previstas quatro entrevistas, foram efetivamente utilizadas três na construção e fundamentação do material audiovisual: Paulo Pinheiro Machado, Mariana Joffily e Silvia Regina Toassi Kita.

As entrevistas realizadas serviram de base para a produção de um vídeo sensibilizador, conforme previsto no planejamento inicial. O material reuniu trechos das falas dos entrevistados, imagens históricas e registros audiovisuais relacionados ao período da Ditadura Militar. O vídeo possui aproximadamente 10 minutos de duração e está disponível no Apêndice A, por meio do link de acesso: <https://drive.google.com/drive/folders/15-J2rQ8qcabYxIGJCbDtrqwYLO0FI16G>. As referências utilizadas para sua elaboração encontram-se no Apêndice B.

Na etapa seguinte, o vídeo foi apresentado aos estudantes das turmas participantes como recurso de contextualização e sensibilização sobre o tema. Os questionários, apresentados no Apêndice C, foram aplicados no dia 07/04/2026 à turma da 5ª fase de Modelagem do Vestuário e no dia 10/04/2026 à turma da 5ª fase de Química.

Ao todo, foram distribuídos 61 questionários. Desses, 57 foram respondidos. Quatro estudantes optaram por não participar da pesquisa e três estudantes não assistiram ao vídeo em razão de terem chegado após sua exibição. Como a experiência com o vídeo constituía uma condição para responder às questões propostas, as respostas desses três estudantes não foram consideradas na análise. Assim, o corpus final da pesquisa foi constituído por 54 questionários.

Na turma de Química, participaram 30 estudantes, enquanto três não participaram da pesquisa. Na turma de Modelagem do Vestuário, participaram 27 estudantes, com um estudante que optou por não participar. A composição final da amostra corresponde, portanto, aos estudantes que participaram da exibição do vídeo e responderam ao questionário.

O questionário foi composto por seis questões abertas, elaboradas com a finalidade de estimular a reflexão dos estudantes após a exibição do vídeo. As perguntas contemplaram diferentes dimensões da experiência dos participantes, incluindo os elementos que provocaram maior impacto, a percepção sobre o uso de imagens e relatos históricos, a relação entre acontecimentos da Ditadura Militar e situações da atualidade, a importância da democracia e da liberdade de expressão, o papel da memória histórica na sociedade e os principais aprendizados identificados pelos participantes a partir do conteúdo apresentado.

A utilização de questões abertas possibilitou que os estudantes apresentassem suas próprias opiniões, interpretações e percepções, sem a necessidade de selecionar alternativas previamente estabelecidas. Esse formato contribuiu para a obtenção de dados qualitativos, permitindo observar tanto aspectos recorrentes entre as respostas quanto possíveis diferenças e particularidades nas interpretações dos participantes.

O questionário, inicialmente previsto no planejamento do projeto, foi adaptado para o formato manuscrito. A escolha buscou favorecer respostas individuais e espontâneas, reduzindo possíveis interferências externas durante o preenchimento. As respostas foram posteriormente organizadas e analisadas de forma qualitativa, considerando os sentidos presentes nas manifestações dos estudantes.

Para a análise dos dados, foram observadas categorias relacionadas aos objetivos da pesquisa, entre elas: sensibilização, reflexão crítica, direitos humanos, democracia, memória histórica e impacto do audiovisual. A análise buscou identificar a presença dessas dimensões nas respostas, considerando não apenas manifestações convergentes, mas também possíveis divergências, interpretações distintas, respostas pouco desenvolvidas ou manifestações que não apresentassem relação direta com as expectativas inicialmente formuladas.

Dessa maneira, a análise não teve como finalidade comprovar previamente os efeitos esperados do vídeo, mas compreender de que forma os estudantes se manifestaram diante da experiência proposta. Os resultados foram interpretados a partir das respostas efetivamente produzidas pelos participantes, preservando o caráter qualitativo da pesquisa e evitando generalizações para além do grupo investigado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS

A análise dos questionários foi baseada no problema de pesquisa, que procura compreender como a narrativa audiovisual sobre a Ditadura Militar pode, ou não, sensibilizar os estudantes, e pelo objetivo geral, focado no desenvolvimento da conscientização, da reflexão crítica e da valorização da memória histórica. A partir disso, foram identificadas categorias que orientaram a interpretação dos dados: sensibilização, reflexão crítica, direitos humanos, democracia, memória histórica e impacto do audiovisual. Além disso, os resultados obtidos dialogam diretamente com a fundamentação teórica, principalmente com os estudos sobre memória, repressão, direitos humanos e o papel do audiovisual no ensino de História.

4.1.1 SENSIBILIZAÇÃO DOS ESTUDANTES: IMPACTO EMOCIONAL E HUMANO

As respostas coletadas demonstraram que os recursos audiovisuais geraram impacto emocional em grande parte dos estudantes que assistiram ao vídeo, evidenciando indícios de sensibilização no grupo. Expressões como “não é necessário chorar para sofrer” (fala dita por Dilma Rousseff em um trecho de entrevista selecionado para o vídeo) e referências ao sofrimento vivido durante a tortura dão a entender que os alunos compreenderam os fatos e estabeleceram uma conexão emocional com eles.

Quando um fato histórico é apresentado apenas por meio de datas e conceitos, ele é compreendido apenas como um acontecimento passado. Porém, quando combinados com relatos, como o da ex-presidenta Dilma Rousseff, os alunos demonstram estabelecer uma conexão emocional mais profunda com o período relatado. Essa ideia se torna verídica ao notar-se a recorrência em que os estudantes citaram o depoimento da ex-presidenta em suas respostas. Com esse retorno frequente, as respostas indicam que o audiovisual favoreceu a aproximação dos estudantes em relação à dimensão humana da Ditadura Militar, fazendo com que o período fosse percebido além dos conteúdos teóricos, gerando uma comoção emocional nos estudantes. Além disso, durante a exibição do vídeo, observou-se a reação do professor João Otavio Garcia da Silva, da disciplina de Física, que acompanhava a turma da 5ª fase da Modelagem do Vestuário, que demonstrou forte emoção em diversos momentos, especialmente durante o trecho que continha o relato de Dilma Rousseff sobre as torturas sofridas durante o regime militar. Sua reação evidencia que os depoimentos apresentados não impactaram apenas os estudantes, mas também espectadores adultos que já possuem maior vivência e conhecimento histórico, reforçando a capacidade dessas narrativas de sensibilizar diferentes públicos e promover uma compreensão mais humana dos acontecimentos retratados.

Além disso, termos como “momento de perdas, tristezas e medos” e “período tenebroso” indicam que a Ditadura Militar foi percebida como uma experiência humana real, superando a barreira dos conteúdos meramente teóricos. Este resultado responde ao problema de pesquisa, confirmando o potencial de sensibilização do recurso audiovisual. Essa percepção também se relaciona com os

acontecimentos abordados na fundamentação teórica, principalmente os relatos de perseguições, prisões e torturas ocorridas durante o regime militar, tanto em nível nacional quanto em Santa Catarina, como o caso de Derlei Catarina de Luca, apresentado por Fernandes (2021), que evidencia a violência física e psicológica sofrida pelos opositores do regime.

Sob essa perspectiva, a publicação da UDESC ressalta que as produções históricas em meio visual devem, “dentro de uma argumentação coerente, expressar com precisão seu pensamento e também os sentimentos que o tema mobiliza” (2011, p. 13), validando a dimensão afetiva e sensível que os questionários geraram nos estudantes.

4.1.2 REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE A SOCIEDADE NO PASSADO E NO PRESENTE

Diversas respostas estabeleceram relações entre o passado e o presente, mencionando temas contemporâneos como fake news, polarização política, abuso de poder e manipulação da informação. Expressões como “discursos de ódio” e “bancadas extremistas” evidenciam essa percepção. Além disso, a ideia de que “abandonar o pensamento crítico pode nos levar à ditadura novamente” reforça essa reflexão. Isso demonstra que parte significativa dos estudantes não apenas absorveu o conteúdo, mas passou a utilizá-lo como ferramenta de análise da realidade atual, o que atende, ao menos parcialmente, ao objetivo de incentivar o pensamento crítico e autônomo.

Essa análise crítica também dialoga com a fundamentação teórica, uma vez que o ensino de História ajuda para o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo dos estudantes, permitindo que façam a relação com acontecimentos do passado com os problemas sociais e políticos do presente. Schütz e Silva Junior (2024) destacam que o ensino histórico favorece a formação de indivíduos mais conscientes, analíticos e críticos diante da realidade social.

4.1.3 DIREITOS HUMANOS E VIOLAÇÕES

As respostas evidenciam a compreensão das violações de direitos humanos ocorridas durante o regime militar, com destaque para a tortura, a censura, a repressão e a falta de liberdade. Termos como “censura”, “ocultamento de

informação" e "enorme injustiça com o povo" aparecem de forma recorrente, o que sugere que boa parte dos alunos reconheceu a gravidade do período.

Além disso, menções como “a luta continua” indicam consciência sobre a necessidade de defesa dos direitos humanos, alinhando-se ao objetivo específico de aprofundar a análise sob a perspectiva da dignidade humana.

Esses apontamentos se relacionam diretamente com a fundamentação teórica, especialmente quando Richter e Farias (2019) explicam que o regime militar utilizou os Atos Institucionais, principalmente o AI-5, para retirar direitos civis, ampliar a repressão e consolidar um estado de exceção permanente. Da mesma forma, Fernandes (2021) apresenta casos ocorridos em Santa Catarina, como a Operação Barriga Verde, marcada por prisões ilegais e perseguições políticas.

De acordo com Ferreira (2018), a introdução dessas problemáticas — como tortura, censura, violência e repressão —, estimula investigações voltadas para que o estudante possa mapear e compreender de forma livre as “experiências de cidadania”, conferindo peso analítico ao debate sobre as garantias fundamentais coletivas.

4.1.4 VALORIZAÇÃO DA DEMOCRACIA

A valorização da democracia aparece de forma clara em grande parte das respostas. Os estudantes destacam que direitos atuais, como o voto e a liberdade de expressão, foram conquistados com dificuldade ao longo da história. Trechos como “todos os cidadãos têm direito de se expressar” e “liberdade de expressão é fundamental” reforçam essa compreensão.

A afirmação de que “a liberdade de expressão e a democracia caminham juntas” evidencia o entendimento do papel do regime democrático como garantia de direitos fundamentais. Essa percepção também se conecta à fundamentação teórica, principalmente quando Richter e Farias (2019) demonstram que durante a Ditadura Militar diversos direitos políticos foram suspensos e o autoritarismo foi institucionalizado por meio de mecanismos legais criados pelo próprio regime.

Além disso, Reis (2010) aponta que o silêncio em torno dos crimes cometidos pela ditadura enfraquece os pilares da justiça e da memória histórica, mostrando a

importância da democracia como instrumento de preservação dos direitos humanos e das liberdades civis.

Como aponta a publicação da UDESC, a difusão da memória visa combater o isolamento acadêmico e atuar diretamente na esfera social, uma vez que o papel do conhecimento histórico reside em “fazer a sociedade imaginar a história” (2011, p. 13), consolidando os valores democráticos no imaginário coletivo.

4.1.5 MEMÓRIA HISTÓRICA COMO FORMA DE PREVENÇÃO A REPETIÇÃO

A importância da memória histórica apareceu como um dos tópicos mais comentados, demonstrando que uma parcela expressiva dos estudantes reconhece o valor da memória.

A ideia de que “quem ignora o passado está fadado a cometer os mesmos erros” reforça essa consciência, ligando-se diretamente ao objetivo geral de promover a valorização da memória histórica coletiva.

Essa percepção relaciona-se diretamente com a base teórica quando Reis (2010) afirma que discutir o passado é fundamental para compreender o presente e preparar o futuro. Da mesma forma, a criação da Comissão Estadual da Verdade de Santa Catarina, mencionada por Fernandes (2021), demonstra a importância do resgate histórico para esclarecer crimes políticos, preservar memórias e combater o esquecimento.

Tratando desse resgate do passado, Alberti (2004) postula que metodologias que coletam e preservam memórias têm a propriedade de “ampliar as possibilidades de interpretação do passado”, convertendo o testemunho em uma barreira reflexiva contra o esquecimento e o revisionismo.

4.1.6 PAPEL DO AUDIOVISUAL NA APRENDIZAGEM

Os recursos audiovisuais foram apontados, pela maioria dos participantes, como fundamentais para aproximar os estudantes do tema. Os alunos afirmaram que “as imagens deixam nítido”, que se trata de um “acontecimento real vivido por pessoas reais” e que o audiovisual funciona como uma “ponte essencial para o entendimento”. Tais elementos tornam o conteúdo mais concreto e significativo, confirmando a hipótese de que esses recursos contribuem para a conscientização e o engajamento discente.

Com base nas respostas obtidas pelos estudantes, foi possível compreender que tal ferramenta auxilia na absorção de conhecimentos que, muitas vezes, parecem difíceis de entender. Os recursos audiovisuais ajudam a tornar o conteúdo mais claro e próximo da realidade, fazendo com que os alunos consigam compreender melhor o tema abordado. Além disso, alguns estudantes destacaram que: “na minha opinião estes tipos de elementos ajudam muito a compreender assuntos tão difíceis como esse” e que “tudo fica mais ‘palpável’”, evidenciando que imagens, vídeos e relatos visuais contribuem para deixar o aprendizado mais concreto, significativo e de fácil compreensão.

Outro ponto percebido pelos alunos foi a trilha sonora utilizada no vídeo, que foi associada ao filme *Ainda Estou Aqui*, obra que aborda os impactos da ditadura militar brasileira e as marcas deixadas na vida das pessoas que viveram esse período. Essa associação contribuiu para despertar maior emoção e reflexão entre os estudantes, aproximando ainda mais os alunos da temática apresentada e tornando a experiência mais envolvente e significativa.

Além disso, a fundamentação teórica demonstra que, mesmo durante o regime militar, filmes, músicas e outras produções culturais foram utilizados como formas de resistência e denúncia social. Conforme destacado por Figueiredo, Gomes e Rocha (2024), apesar da forte censura imposta pelo regime, as produções audiovisuais continuaram exercendo papel importante na preservação da memória histórica e na conscientização da sociedade.

Ademais, Ferreira (2018) complementa que a montagem, a sonorização e a trilha dessas produções “auxiliam na construção de sentido e emoção”, assegurando a eficácia pedagógica do meio audiovisual.

4.1.7 QUESTÃO LOCAL (JARAGUÁ DO SUL - SANTA CATARINA)

Embora com menor frequência, algumas respostas mencionaram a realidade local, apontando a “falta de registros da época em Jaraguá do Sul”. Esse ponto indica a existência de uma percepção da relação entre o contexto nacional e o local, atendendo parcialmente ao objetivo de regionalizar a análise histórica.

Essa ausência também aparece na fundamentação teórica, que destaca que a Ditadura Militar ainda é pouco explorada no município de Jaraguá do Sul, existindo

poucos registros, pesquisas e debates públicos sobre os impactos do regime na cidade. Tal fato também foi destacado pela historiadora entrevistada Silvia Regina Toassi Kita. Isso contribui para o apagamento da memória histórica local e dificulta o acesso da população às informações sobre o período.

Essa ausência mapeada dialoga com o que aponta Ferreira (2018) sobre a necessidade de investigar e construir produções focadas na “memória social do bairro” e da localidade, preenchendo as lacunas deixadas pela historiografia tradicional em nível regional.

4.1.8 LIMITES E VARIAÇÕES NAS RESPOSTAS

Nenhum estudante defendeu ou minimizou o que aconteceu durante a Ditadura Militar, isso ficou claro em todos os questionários. Mas nem todo mundo escreveu com o mesmo nível de profundidade. Uma parte das respostas ficou mais na superfície, repetindo palavras que já tinham aparecido no vídeo, como "censura" e "repressão", sem ir muito além disso. Outra parte foi mais longe, trazendo exemplos próprios e ligando o que viram no vídeo com coisas que observam hoje em dia.

Essa diferença não é um problema da pesquisa em si, é algo comum quando se trabalha com uma turma inteira: cada aluno chega com uma bagagem diferente e reage de um jeito diferente ao mesmo conteúdo. Vale registrar isso para não passar a impressão de que a turma toda teve exatamente a mesma reação ao vídeo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo promover a conscientização dos estudantes sobre os impactos da Ditadura Militar, com foco em Jaraguá do Sul, por meio da coleta e divulgação de análises de historiadores e documentos, incentivando a reflexão crítica e a valorização da memória histórica, a partir das atividades desenvolvidas, da aplicação dos questionários e da produção audiovisual.

Em relação ao objetivo geral, este foi atingido, tendo em vista que os resultados dos questionários e as discussões realizadas demonstraram a conscientização de grande parte dos estudantes acerca dos impactos da Ditadura Militar. Além disso, o vídeo produzido e o questionário reflexivo permitiram identificar

um aprofundamento das discussões e uma maior sensibilização dos participantes em relação ao tema.

Quanto aos objetivos específicos, o primeiro, que buscava conhecer os impactos da Ditadura Militar sob o ponto de vista de historiadores em Jaraguá do Sul, foi alcançado por meio da coleta e análise das respostas obtidas durante as entrevistas. O segundo objetivo, relacionado ao aprofundamento da análise do período da Ditadura Militar a partir da perspectiva dos Direitos Humanos, também foi atingido, tendo em vista que o vídeo produzido abordou os impactos do período e apresentou interpretações e análises de historiadores sobre o tema.

O terceiro objetivo específico, que pretendia sensibilizar os estudantes do IFSC Jaraguá do Sul – Câmpus Centro em relação à Ditadura Militar, também pode ser considerado alcançado, pois as respostas obtidas evidenciaram reflexões e posicionamentos críticos dos estudantes sobre o período. Da mesma forma, o quarto objetivo foi atingido, já que foi possível perceber o aprofundamento da análise a partir do viés dos Direitos Humanos por parte dos participantes, demonstrado pelo uso recorrente de termos como “censura”, “repressão” e “liberdade de expressão” nos questionários aplicados.

Em relação às hipóteses formuladas inicialmente, os resultados permitiram confirmar parcialmente as expectativas da pesquisa. A primeira hipótese: “Os estudantes do IFSC Jaraguá do Sul – Câmpus Centro, tem uma visão mais negativa e crítica da Ditadura Militar em comparação aos outros cidadãos jaraguaenses, que tendem a ter uma visão mais favorável ou neutra”, não pôde ser comprovada nem refutada, pois a pesquisa foi aplicada apenas aos estudantes do IFSC Jaraguá do Sul – Câmpus Centro, não havendo grupo comparativo externo.

A segunda hipótese: “O filme Ainda Estou Aqui, dirigido por Walter Salles, contribuiu para a conscientização dos estudantes do curso técnico integrado do IFSC campus Jaraguá Do Sul - Centro sobre a memória crítica da Ditadura Militar.”, foi comprovada, uma vez que o filme Ainda Estou Aqui contribuiu para a conscientização dos estudantes sobre a memória crítica da Ditadura Militar. Durante a aplicação dos questionários e das discussões em sala de aula, observou-se a presença de referências aos elementos apresentados no audiovisual, incluindo a citação da música “É Preciso Dar Um Jeito, Meu Amigo”, de Erasmo Carlos, utilizada

no vídeo reflexivo. Esse aspecto demonstra que os recursos audiovisuais contribuíram para o processo de reflexão e sensibilização dos estudantes.

Vale registrar que o fato de nenhuma resposta ter relativizado a gravidade da Ditadura Militar não quer dizer que todas tenham o mesmo nível de elaboração. Como já foi comentado na seção 4.1.8, alguns estudantes ficaram mais na repetição do que foi mostrado no vídeo, enquanto outros conseguiram ir além e construir uma reflexão mais própria, conectando o passado com questões atuais. Isso é esperado numa turma com perfis e interesses diferentes, e não muda a conclusão geral da pesquisa, só mostra que a forma como cada um absorveu o conteúdo variou bastante.

A terceira hipótese, relacionada às memórias familiares sobre a Ditadura Militar em Jaraguá do Sul, não pôde ser analisada, pois os questionários não abordaram experiências familiares ou transmissão geracional de memórias. Da mesma forma, a quarta hipótese, referente à influência da Ditadura Militar no sistema educacional de Jaraguá do Sul, não foi comprovada devido à ausência de questões específicas sobre o tema.

Além da análise dos objetivos e hipóteses, a pesquisa permitiu uma reflexão mais ampla sobre o papel do audiovisual na educação histórica. Observou-se que esses recursos possuem importante função na preservação da memória histórica, especialmente entre os jovens, pois aproximam acontecimentos do passado da realidade dos estudantes e tornam o aprendizado mais acessível e sensível.

Nesse contexto, o audiovisual mostrou-se uma ferramenta relevante para o ensino de História e para a valorização dos Direitos Humanos, pois permitiu que os estudantes não apenas recebessem informações, mas também refletissem sobre as consequências da censura, da repressão e das violações do período. Dessa forma, contribuiu para ampliar o debate sobre memória histórica e reforçar sua importância no ambiente escolar.

O uso de recursos audiovisuais mostrou-se essencial para a aproximação dos alunos com o tema, tornando a aprendizagem mais significativa e sensível. Assim, o estudo confirma o potencial do audiovisual como ferramenta pedagógica capaz de sensibilizar e formar cidadãos mais críticos e conscientes. Em suma, a articulação dos dados à luz de Alberti (2004) e Ferreira (2018) demonstra que a pesquisa atingiu

o escopo de conferir historicidade ao cotidiano escolar, evidenciando que metodologias ativas baseadas em mídias contribuem para o debate educacional contemporâneo.

Conclui-se, portanto, que o estudo atingiu seus objetivos e possibilitou uma maior conscientização dos estudantes sobre a Ditadura Militar e seus impactos, destacando a importância da memória histórica e do uso do audiovisual como instrumento educativo e de sensibilização social. As respostas evidenciam que a maior parte dos alunos participantes da pesquisa desenvolve empatia, consciência histórica e pensamento crítico ao longo do processo, demonstrando compreensão consistente de conceitos como direitos humanos, democracia e memória histórica, ainda que com variações no grau de aprofundamento entre os participantes.. Assim, o problema de pesquisa é respondido ao evidenciar que a narrativa audiovisual não apenas transmite informação, mas promove reflexão crítica e transformação interpretativa nos sujeitos.

REFERÊNCIAS

CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 25, p. 83-106, nov. 2005. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/yMwgJMTKNWTwGqYTZMZcPhM/?lang=pt>. Acesso em: 27 abr. 2025.

CRESTANI, Leandro de Araújo. O surgimento do inimigo interno: Ditadura Militar no Brasil (1964 a 1985). **Revista Eletrônica História em Reflexão**, [S. l.], v. 5, n. 9, 2011. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/historiaemreflexao/article/view/1157>. Acesso em: 28 abr. 2025.

FERNANDES, Bruna. **Os reflexos da ditadura militar na região sul de Santa Catarina, com foco nos perseguidos políticos e na memória regional desse período**. 2021. 22 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Ciências Humanas, Unisul, Tubarão, 2021. Cap. 3. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/17469>. Acesso em: 05 maio 2025.

GESTEIRA, Luiz André Maia Guimarães. A Guerra Fria e as ditaduras militares na América do Sul. **Scientia Plena**, Sergipe, v. 10, n. 12, p. 1-20, 11 dez. 2014. Disponível em: <https://www.scientiaplenu.org.br/sp/article/view/2062>. Acesso em: 28 abr. 2025.

JOFFILY, Mariana. Sessenta anos do golpe de 1964, que história é essa?. **NOVOS ESTUD.**, São Paulo, v. 43, n. 3, set. - dez. 2024. p. 565-591. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/pvr4rkvnrrJJ7zyyDTXPTYft/> Acesso em: 08 maio 2025.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO. **Cloves de Castro**. Disponível em: <https://memorialdaresistenciasp.org.br/entrevistas/cloves-de-castro/> . Acesso em: 31 mar. 2026.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO. **Maria Aparecida dos Santos**. Disponível em: <https://memorialdaresistenciasp.org.br/entrevistas/maria-aparecida-dos-santos/> . Acesso em: 31 mar. 2026.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 45, jan.- jun. 2010. p. 171-186. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/gCspSTyRTXfzXMb6mzXND3D/abstract/?lang=pt> Acesso em: 08 maio 2025.

RICHTER, Daniela; FARIAS, Thieser da Silva. **Ditadura Militar no Brasil: dos instrumentos jurídicos ditadores para a democracia outorgada.** Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, Niterói, v. 11, n. 3, set.-dez. 2019. p. 381-405. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistapassagens/article/view/46072> Acesso em: 08 maio 2025.

SCHÜTZ, Jenerton Arlan; SILVA JUNIOR, Edinaldo Enoque da. **O ensino da história como possibilidade potencializadora do pensamento crítico-reflexivo.** Semina - Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF, Passo Fundo, v. 23, n. 1, 2024. Disponível em: <https://ojs.upf.br/index.php/ph/article/view/15435>. Acesso em: 29 maio 2026.

APÊNDICE A – Video Sensibilizador

<https://drive.google.com/drive/folders/15-J2rQ8qcabYxlGJCbDtrqwYLO0FI16G>

APÊNDICE B – Referências de pesquisa para o vídeo sensibilizador.

<https://docs.google.com/document/d/17wbcNOq6oehAUgtRNXjIQ58xTzEms0kf-hvmw2Axwa8/edit?usp=drivesdk>

APÊNDICE C – Questionário reflexivo

<https://docs.google.com/document/d/1dZ-fekC7dRjMTMomSI8lakzd6pdodPTTjT43AXp5Tvw/edit?tab=t.0>